

2019

2020 2021

ATA REUNIÃO CMDCA 14/03/19

Santa Luzia, quatorze de março de dois mil e dezenove. Ata referente à reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada na Casa dos Conselhos, sala trinta e oito da Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Esteve presentes: Luciene Gonzaga Secretária Executiva dos conselhos, Andréia Carvalho da APAE atualmente como Presidente do Conselho, Jéssica Faedda Divina Providência São Cosme, Mauro Fonseca da Creche Nossa Senhora da Paz, Sandra Maria do Instituto São Jerônimo, Jadson Willian da SECULT, Rosangela Maria do CEMAS, Geraldo Marques e José Marques do Estrela Futebol Clube, Adalzito Neves do Seara de Luz, Carlos Antônio da Creche Padre Germano, Júlio César da CASBE, Maria Veriana Batista da Creche Irmã Fabíola, José Carlos Neto da Divina Providência bairro Adeodato, André Vitor da Paixão da Secretaria de Educação, Lucimar da Penha da Secretaria de Saúde, Katia Cilene G. dos Santos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, os Conselheiros Tutelar da Sede e Distrito: Rosângela Olívia, Simone Maduro, Crislaine Marques, Vinicius Rodrigo, Shirley Silva, Patrícia Santos e Ana Cristina Martins. A reunião iniciou com quorum, às nove horas pela atual Presidente do Conselho Andréia Carvalho que se apresentou e pediu a colaboração de todos. Em sequência apresentou a pauta da reunião sendo ela a aprovação da resolução da eleição do Conselho Tutelar e a formação de comissões do Conselho Tutelar, do FIA e da legislação do CMDCA. Tomando a palavra Luciene disse que a resolução já foi aprovada no dia sete de dezembro de dois mil e dezoito, mas houve mudanças de pessoas e será preciso reformular e fazer um adendo à mesma. Também falou que a empresa ganhadora de prestação de serviços para as eleições do Conselho Tutelar de Santa Luzia foi a IBGP por cobrar o menor valor para a prestação do serviço e que já foi feito em esboço do edital e do cronograma. Sugeriu também que a comissão verifique o edital e após ser elaborado será levado em plenária para aprovação do mesmo. Acrescentou que o prazo está limitado, haja vista o cumprimento de 6 (seis) meses de antecedência para sua publicação. Júlio (CASBE) complementa dizendo que a fala da Luciene é necessária, pois o prazo para publicação se ele não se engana é até dia vinte. Andréia e Luciene informam que é até dia dezenove. Patrícia Conselho Tutelar Sede solicitou a palavra e disse que conversou com a Doutora Paula (Promotora de Justiça) e ela orientou não deixar a eleição correr aleatoriamente, que deverá ser colocado no edital o que os conselheiros querem para depois os mesmos não requererem coisas que aceitaram daquele jeito. Quis saber também que dia iriam sentar para falar de seus salários porque já estão com advogado para se necessário parar a eleição, pois os conselheiros não irão deixar correr como foi esse mandato de quatro anos. Falou que eles estão pagando do próprio bolso a passagem para irem trabalhar e com um salário baixo. Exigiu sentar com o conselho para discutirem esses valores juntos e que não irão deixar o edital sair sem essas condições. Andréia diz que talvez seja uma dúvida dela e pergunta se salário e vale transporte sai no edital. Ao que os conselheiros responde que sim, salário e benefícios. Júlio diz que quem decide se sai somos nós o Conselho, que tem cidades que cita isso e outras não. Os conselheiros tutelares afirmam que o que não sai no edital depois não pode ser exigido. Veriana fala que em dois mil e quatorze o conselho sentou e ficou definido em resolução que é direito do conselho tutelar receber passagem e também o salário atualizado, acrescenta que ficou documentado. Júlio diz que é uma discussão

para a comissão e o conselho tutelar precisa estar presente e que também acredita que quem pode discutir a questão salarial do conselho é o Secretário e se ficar definido coloca no edital. Rosângela do Conselho tutelar pede para abrir mais um conselho tutelar devido a demanda da Cidade. Andreia diz que essa discussão é pauta para outra reunião e que o que precisamos discutir no momento é o edital, que precisamos decidir a comissão para avaliarmos juntos o mesmo que já está em cima da hora, que para os outros assuntos teremos que marcar outra reunião devido às datas que precisamos cumprir. Júlio diz que para abrir outro conselho é necessário fazer um diagnóstico, que o mesmo é que aponta a necessidade de abrir novos conselhos. Luciene diz que não temos tempo de modificar a lei, que não temos tempo hábil para fazer uma proposta de mudança na câmara. Kátia fala sobre o papel do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e que a eleição do conselho tutelar é nacional e que não temos que paralisar uma eleição para podermos discutir questões sobre as situações trabalhistas dos conselheiros tutelares, pois ela é paralela. Cátia sugeriu criação de uma comissão para esses fins e que o conselho tutelar pode ter um representante e assim pode se tentar organizar uma negociação com a própria gestão. Ela não acha isso um problema, diz que não é estar ou não no edital, pode ter várias coisas no edital que depois possa precisar de uma negociação. Segue esclarecendo que a questão salarial foi colocada baseada na lei, mas é algo passível de ser negociado, como também o vale transporte. Acrescenta também a dificuldade financeira que se encontra a Prefeitura, porém diz novamente que acredita que ter uma comissão pode ajudar a todos a terem uma resposta mais precisa e deixa claro que será uma luta permanente e mostra acreditar que uma comissão de condições de trabalho para o conselho tutelar é importante. Vinícius conselheiro do Distrito solicita a palavra e diz que concorda que a situação financeira está com problemas, mas acredita que se não constar no edital não vai haver respaldo, mesmo com comissão, diz que valorização salarial e vale transporte é um direito e não um benefício, que é importante estar descrito no edital, que se não constar no mesmo depois vai ser difícil conseguir receber os valores adequados. Rosângela e Crislaine também expõe suas insatisfações com o salário defasado e que o valor acordado a quase um ano na câmara os conselheiros não recebem, pedem que o edital seja bem elaborado. Luciene diz que entende, mas que hoje estamos impossibilitados de resolver essas questões que necessitam nova legislação. Julio diz que todo o processo antes de ser publicado precisa ir para o promotor, para a vara da infância. Andréia complementa que só temos três dias. Julio diz que sabe da gravidade da situação, mas não podemos pecar em assumir a responsabilidade. Katia diz que todos os recursos do fundo e outros cabem uma fiscalização do CMDCA, explica que sobre a reivindicação do recurso da manutenção do conselho tutelar vale a pena os conselheiros tutelares estarem sempre presentes nas reuniões. Os conselheiros insistem que só o que está no edital é que pode ser cobrado, diz que isso foi o que a promotora disse. Júlio diz que tem que discutir isso até sexta-feira para colocar no edital e que estamos falando de prioridades que são as crianças e adolescentes. Ele acrescenta que no edital tem que estar bem detalhados os benefícios de direito. Luciene diz que as angústias são legítimas, mas no momento temos que seguir a lei e sugere formarmos a comissão. Andréia diz que vamos fazer tudo baseado na lei, nada no achismo. Em seguida foi criada a comissão do conselho tutelar ficando como integrantes: Veriana da Creche Irmã Fabíola, Andréia da APAE, Júlio da CASBE, Katia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Gleuber da Secretaria Finanças e Lucimar da

(Handwritten signatures and names at the bottom of the page, including Veriana, Andréia, Júlio, Katia, Gleuber, Lucimar, and others.)

Secretaria de Saúde. Luciene pede que a comissão seja ativa, que os integrantes não falem às reuniões. Na comissão para o FIA ficou os seguintes integrantes: Júlio da CASBE, José Carlos da Divina Providência Adeodato, Andreia da APAE, Mauro da Creche Nossa Senhora da Paz, Gleuber da Secretaria Finanças, Katia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Veriana da creche Irmã Fabíola e Jéssica da Divina Providência São Cosme. Para a comissão de legislação do CMDCA estão como integrantes: Júlio da CASBE, José Carlos da Divina Providência Adeodato, Andreia da APAE, Mauro da creche Nossa Senhora da Paz, Gleuber da Secretaria Finanças, Kátia da secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Veriana da Creche Irmã Fabíola e Jéssica da Divina Providência São Cosme. Após aprovação foi agendado a reunião da comissão do conselho tutelar com o objetivo de avaliar o edital para o dia dezoito de março de dois mil e dezenove as nove horas na casa dos conselhos. Júlio pede a presença do Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania na reunião da comissão segunda-feira. Dando seqüência Kátia lê a proposta de cronograma da eleição dos conselheiros tutelares. Ana Cristina conselheira tutelar expõe mais uma vez sua insatisfação quanto as condições de trabalho e a posição do CMDCA quanto a isso. José Marques do Estrela Futebol Clube solicita a palavra e pergunta a Presidente Andréia sobre um projeto que liberou verba e que não foi comunicado pelo conselho do Esporte e que gostaria de participar. Acrescenta que a falta de recursos implica diretamente na garantia de direitos das crianças/adolescentes atendidos no Projeto. Andréia diz que é conselheira do Conselho do Esporte e que irá verificar com o Secretário de Esporte sobre o projeto, pois a mesma não tem conhecimento do mesmo e que pode ser uma proposta de pauta para a próxima reunião. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a reunião às onze horas onde eu Jéssica Faedda redigi e transcrevi a presente ata, que após lida e concordada será assinada por mim e a todos os presentes.

Protongelca
Galum S. Roberto, Alvarales, J. Faedda